

## AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ATUAÇÃO NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

Raquel Barreto Nascimento <sup>1</sup>

Natália Mendes Melo <sup>2</sup>

Joyce Bruna da Silva <sup>3</sup>

Orientador: Maria Aparecida Vieira de Melo <sup>4</sup>

### RESUMO

As Políticas Educacionais são caracterizadas como Políticas Públicas advindas do Estado com o intuito de promover a inserção e a permanência com qualidade de estudantes na Educação Básica, antes marginalizados pelo poder público. Neste estudo, apresentamos os desafios encontrados para sua aplicabilidade, passando por importantes etapas: detecção da problemática, criação de condições para sua solução, aplicação das políticas e o monitoramento da efetivação. Este estudo compreende sua funcionalidade na Educação Básica de acordo com as metas expressas no Plano Nacional de Educação (2014 – 2024). Para além da análise de uma restrita Política Educacional, o enfoque deste estudo está direcionado para o seu conjunto, atentando para como estas se relacionam a fim de promover a inclusão e integração dos indivíduos na Educação Básica. Sob uma ótica metodológica partindo de uma Análise Arqueológica do Discurso (AAD), associada com a retórica do teórico Michael Foucault (1999), analisamos as especificidades das Políticas Educacionais e suas permutas na comparação do trabalho do ser arqueológico.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais, Desigualdades sociais, Inclusão social, Educação.

### INTRODUÇÃO

Por política educacional compreendem-se as demandas de um determinado grupo ou esfera social a fim de conceber a educação, mediante o estabelecimento de metas a serem cumpridas e da ampliação da inserção e manutenção de novos sujeitos no sistema de ensino. A própria etimologia da expressão “Políticas Educacionais” compreende conceitos importantes para a educação. De origem grega, a palavra política deriva da expressão *politikos*, que estava ligado ao cidadão e/ou ao Estado. Educacional, por sua vez, refere-se à educação, derivando do latim *educare*, originado de “fora” ou “exterior” e também de *ducere*, significando “instruir” e “guiar”. Neste sentido, a junção de seus termos indicam a forte relação entre poder estatal, cidadania e educação.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, [raquelbarreto.nasc@gmail.com](mailto:raquelbarreto.nasc@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, [nahmendes17@gmail.com](mailto:nahmendes17@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, [joyceb.hist@gmail.com](mailto:joyceb.hist@gmail.com)

<sup>4</sup> Orientador: Mestre na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, [m\\_aparecida\\_v\\_melo@hotmail.com](mailto:m_aparecida_v_melo@hotmail.com)

Sendo o Estado o responsável pela instrução do cidadão, este deve fornecer meios para a sua formação educacional, que se liga intimamente com a noção de cidadania. Partindo desta perspectiva, a educação é vista como um importante instrumento de regeneração social. No entanto, este processo não se efetua apenas por meio da ascensão social - obtida por meio da qualificação que este sistema proporciona - mas, sobretudo atenta para a formação do indivíduo como um ser dependente desse sistema, capaz de enxergar a educação como alternativa para a sua realidade. Através das Políticas Educacionais, a educação é tida como um caminho acolhedor e transformador.

Ainda as políticas públicas educacionais caracterizam-se por construções sociais e históricas, cujos determinantes são complexos e múltiplos, classificados, de modo geral, como sociais, culturais, políticos e econômicos (GOMES, 2011:19). Partindo desta perspectiva, este estudo visa destacar os desafios e possibilidades de sua aplicação na realidade dos diferentes níveis e modalidades da Educação Básica no Brasil, atentando para as fortes relações existentes entre o poder público e a construção destas políticas, mediante análise dos diferentes momentos políticos vividos pelo país.

Há um extenso debate no campo da sociologia política em respeito às relações existentes entre poder social e as políticas públicas, que, por sua vez, também são caracterizadas como formas de poder social. No entanto, não nos propomos adentrar nos pormenores destas discussões, ancoradas na afirmação de que as relações de poder que se desenvolvem nos altos escalões das relações públicas influirão de maneira significativa nas políticas que se voltam para a Educação Básica, seja esta de responsabilidade do município, estado ou da União.

Neste sentido, pontuamos que as Políticas Educacionais são responsáveis por garantir o acesso e permanência com qualidade de crianças, jovens e adultos na educação básica, propiciando o desenvolvimento individual e coletivo destes. Deste modo, exercem extrema importância para a construção de uma sociedade capaz de trabalhar, questionar e contribuir para o crescimento do país.

A partir da análise do art. 1º da Lei nº 9.394/9, apontamos que a educação deve abranger os processos formativos desenvolvidos na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, no âmbito dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Este determina ainda que a educação escolar, desenvolvida por meio do ensino em instituições culturais, deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Enquanto direito de todos os indivíduos, a educação deve ser ofertada com qualidade em espaços estruturados e próprios para o aprendizado. Para

a efetivação desta premissa, surgem as Políticas Educacionais que visam integrar e incluir os cidadãos às unidades de ensino mediante a criação de projetos que tenham como intuito o alcance de tais objetivos.

Com este objetivo, a Constituição Federal de 1988 passa a reconhecer os direitos sociais enfaticamente, diferenciando-se das constituições anteriores por suscitar novos debates sobre o direito de acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos. Isto porque já na década de 1970, as discussões sobre a necessidade de descentralização do poder público enquanto representação da luta contra o autoritarismo expresso pelo governo burocrático vigente já estavam postas, ansiando a maior participação das massas no poder público. (AZEVEDO, 1999).

Neste sentido, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996, as Políticas Educacionais devem propiciar igualdade de condições, de acesso e permanência na escola, assim como estimular a liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Outra premissa de igual importância apontada pela LDB/96 e fundamentado pelas Políticas Educacionais é a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais e a valorização dos profissionais da Educação Básica, assim como a integração da escola à comunidade. Pontuamos, sobretudo, que as escolas públicas brasileiras carecem de investimentos públicos que visem o seu desenvolvimento e a inserção de todos os indivíduos em seus espaços. As Políticas Educacionais atentam para este sentido com o intuito de fornecer as bases necessárias para tal desenvolvimento, possibilitando a inclusão de novos sujeitos em espaços antes restritos, promovendo sua inclusão e permanência com qualidade.

## **METODOLOGIA**

Os caminhos para a construção da nossa argumentação foram pautados na Análise Arqueológica do Discurso (AAD) objetivando analisar, em consonância a retórica do teórico Michael Foucault (1999), as especificidades das Políticas Educacionais e suas permutas na comparação do trabalho do ser arqueólogo. Para isso, assumimos a retidão de afirmar que a proposta da AAD cabe, dependendo do objeto, como lentes de observação para as pesquisas qualitativas, especialmente na área da educação. Assim elaborou-se sob esses elementos a constituição dos seus significados a partir da ótica perceptiva de quem está construindo a linguagem.

Além de uma terminologia do ramo da arqueologia para explicitar o trabalho com as fontes, é válido ressaltar a aproximação com o arcabouço do historiador, enquanto exumador

do discurso e dos entrelaçamentos que elabora utilizando as mesmas, a fim de reconstruir o fato na História, em toda sua esfera temporal, social, econômica e política, isto é, o impacto do discurso enunciativo a partir das fontes para o historiador, e como explicita Foucault, os achados para o arqueólogo.

Nessa perspectiva, podemos inferir o peso que constitui a palavra para a construção do discurso, não apenas se restringindo a organização da mesma nas orações e nem mesmo o seu sentido. Do contrário, sua configuração, significado e considerações que atribui ao próprio ato discursivo. De modo, compreender o poder que possui os nomes, a palavra no seu sentido de amparar, corroborar ou atenuar uma sentença. Diante disso, adotamos a metodologia citada, vislumbrando esmiuçar a gama teórica a fim de compreender a construção das políticas educacionais, no contexto da nossa tese, objetivando fundamentar teoricamente, pontuando plausivelmente as questões a serem tangenciadas na temática referida.

Na medida, que o leitor possa atentar para a elaboração do discurso que considera o processo gradual e permeado por etapas, desde o achado e sua escavação, a análise desse elemento encontrado, a própria fundamentação para minudenciar os detalhes e, por conseguinte, findar a proposição do discurso. Nesse sentido, a fim de legitimar o discurso sobre as políticas educacionais como um caminho de ascensão social e a promoção da equidade dentro da sociedade brasileira, nos debruçamos sobre fontes primárias e secundárias que nos possibilitou a leitura e construção dinâmica da proposta de abordagem, na concepção de documentos jurídicos, em leis e diretrizes e na real aplicabilidade da mesma nas esferas elencadas a observação.

Contrapondo com os dados e pesquisas que denotam a ausência no alcance das metas propostas e, sobretudo, das leis promulgadas. Ademais, adotamos um breve panorama histórico das políticas educacionais em consonância com as mais diversas políticas de Estado mediante os períodos vivenciados na jovem democracia brasileira, isto é, compreendendo como essas políticas públicas direcionadas a oferta e manutenção da educação progrediam ou estagnavam.

## **DESENVOLVIMENTO**

Este estudo expressa-se na necessidade de pensar a trajetória histórica das políticas educacionais a fim de compreender a sua aplicabilidade na educação básica brasileira nos diferentes contextos em que estas foram pensadas e atentar para os desafios encontrados para a consolidação de suas propostas. Nesse contexto, é a partir do Manifesto dos Pioneiros

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

(1930) que a educação surge com a proposta de universalizar-se, apresentando-se como laica, gratuita e de qualidade<sup>5</sup>. No entanto, apenas na década de 1980, com a consolidação da Constituição Federal, que esta volta sua preocupação de fato para a inserção de novos sujeitos - antes marginalizados pelo poder público - no sistema educacional. Nesta seara, um dos objetivos expressos neste texto é o de entender quais Políticas Educacionais foram criadas para incluir esses sujeitos e de que maneira a economia e gestão política passam a interferir neste processo.

Inicialmente fora criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF - cuja funcionalidade é o acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, no âmbito de cada esfera municipal, estadual ou federal. No entanto, a educação das creches não eram subsidiada por esse fundo, alijando uma das modalidades educacionais de grande importância. Posteriormente, em 1996, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB -, tornou-se o único fundo com as funções outrora desempenhadas pela identidade financeira do FUNDEF, neste momento incluindo as creches como participantes do financiamento de recursos para a educação. Como responsabilidade do município e da União fora pensado com o intuito de erradicar o analfabetismo e garantir a educação a todos os níveis e sujeitos sociais:

Tendo como meta a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar, a Constituição Federal/88, no art. 60 do Ato das Disposições Transitórias, definiu que pelo menos 50% dos percentuais mínimos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino deveriam ser gastos nos dez primeiros anos, a partir da promulgação da Constituição. (OLIVEIRA, MORAES & DOURADO, 2011, p. 11)

Ainda, sendo a Educação considerada um importante pilar para o desenvolvimento dos países, os índices baixos na educação básica, evasão escolar e analfabetismo caracterizam uma baixa para as nações que estão em emergência, como o caso do Brasil. Nessa perspectiva, a educação torna-se um meio de crescimento para a nação e por isso, precisa ser melhorada. Neste sentido,

No caso específico do Brasil o Estado se vê na condição de implementar políticas públicas oriundas de orientações internacionais de forma superficial, ou seja, restringindo o seu papel na formulação de políticas educacionais e tendo de adaptar-se e atender os interesses que são compartilhados, globalmente, para os países em desenvolvimento e que muitas vezes carecem de recursos próprios para sua operacionalização.

---

<sup>5</sup> Quando nos referimos à educação, o termo “qualidade” não se restringe a quantidade de escolas públicas existentes e os índices qualitativos, que por muitas vezes não condizem com a realidade. A existência de recursos para alcançar uma educação satisfatória atinge desde docentes qualificados nas instituições, como merenda, estrutura do espaço escolar e até mesmo o transporte público que garante o acesso dos indivíduos nestes espaços.

Encerrando a análise, destaca-se que os desafios seguem pertinentes quanto à implementação das propostas delineadas pelos organismos internacionais no Brasil, especialmente, no que se refere em assegurar a todos o acesso à educação, em especial as crianças e jovens que vivam em situações de vulnerabilidade social. (ANTUNES, ZWETCH & SARTURI, 2017, p. 12)

Historicamente, remontando ao período Vargasista, destacamos que, apesar das alianças com os trabalhadores, este designou um momento de exclusão para os que labutavam no campo, além do corporativismo exercido sobre esta política. A relação desses fatos com a educação reside na importância dada ao sistema de ensino neste governo. Neste período, as Políticas Educacionais são apresentadas, mediante a tentativa de sua universalização, sendo garantia de todos os cidadãos. A própria exaltação da figura de Getúlio Vargas (1930-1945) para os estudantes que compunham a elite, em suas propagandas nacionalistas e personalistas, influi neste processo, embora o campo ainda estivesse invisível nesse momento.

Com o Manifesto dos Pioneiros (1930), a ideia de se opor a escola tradicional elencou a participação de poucos setores da sociedade, apesar destas formas de pensar não agradarem a Igreja, o Estado e a Elite. Dar ao povo o esclarecimento por meio da educação significava “atirar no próprio pé” para os setores dirigentes do país (BARROS, 2011). No entanto, embora, a dificuldade de aceitação das elites e de outros órgãos dirigentes, o movimento “escola novista”, constituiu um divisor de águas na concepção da educação brasileira.

Já com a consolidação do Regime Civil-Militar, que altera o teor democrático do país em todas as esferas (políticas, econômicas e sociais), a educação foi veemente afetada, na fiscalização das aulas, dos conteúdos, no currículo e a própria finalidade da educação. Isto é, a inclusão de novas disciplinas como moral e cívica, o estímulo ao nacionalismo e patriotismo nas instituições escolares, o hino nacional como obrigatório foram fatores presentes na educação básica e a tecnicidade do ensino, tendo este cenário estabelecido durante todo o Regime. Já com a redemocratização do país na década de 1980, a educação tornou-se uma importante pauta para a conjuntura do país, retomando os debates sobre a necessidade de consolidação das Políticas Educacionais.

Neste sentido, dois marcos importante para a consolidação destas políticas é a LDB nº 9.394 de 1996, que vigora até a atualidade e o Plano Nacional de Educação (2014 – 2024), que estabelece metas a serem alcançadas durante sua vigência. Este caracteriza-se pela adoção de políticas públicas assistencialistas como o PDE<sup>6</sup>, PDDE<sup>7</sup>, PNAE<sup>8</sup>, PNATE<sup>9</sup>, PNLD<sup>10</sup>,

---

<sup>6</sup> Plano de Desenvolvimento da Escola

<sup>7</sup> Programa Dinheiro Direto na Escola

<sup>8</sup> Plano Nacional de Alimentação Escolar

<sup>9</sup> Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

SISU<sup>11</sup>, ENEM<sup>12</sup>, PROUNI<sup>13</sup>, PROINFANCIA<sup>14</sup> e o Bolsa Família, que contribuíram significativamente para a ascensão dos sujeitos no espaço educacional bem como sua permanência.

Além do PNE, nas esferas municipais e estaduais devem existir planos com o intuito de cumprir objetivos também decenais, estabelecendo um compromisso com a educação. Como um sistema inclusivo, o PNE deve abraçar todas as modalidades do ensino, integrando também os deficientes de quaisquer que sejam a sua dificuldade, assim como o papel com a escola pública e seu desempenho, que reverbera em sua qualidade e nos indicadores como o IDEB (índice de desenvolvimento da educação brasileira). Ainda, como fruto das Políticas Educacionais, o Artigo 208 da constituição vem tratar da obrigatoriedade da oferta de educação em todos os níveis da educação básica, desde a regular, ao EJA, como a educação no campo, quilombola, em presídios, com o intuito de legitimar a educação como um direito de todos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

À priori, o processo de verificação da efetividade de uma política pública passa, necessariamente, por duas etapas: monitoramento e avaliação. Tais avaliações, de cunho qualitativo, visam produzir resultados confiáveis que possibilitem o aprimoramento destas e justifiquem investimentos ou economia de recursos, já que evidenciam se os resultados esperados estão sendo alcançados e se os recursos estão sendo utilizados de modo eficiente. Assim, no contexto das Políticas Educacionais, essas análises desempenham papel essencial no alcance dos objetivos e das prioridades do Estado frente a sociedade.

Neste sentido, há muito que se construir junto às Políticas Educacionais, para que estas possibilitem, de fato, o desenvolvimento da educação básica em todos os seus aspectos e promovam a inclusão e permanência de sujeitos - até então excluídos do processo educacional - em seus espaços, sejam públicos ou privados. Desta maneira cabe ao Estado a iniciativa de promover tais políticas, não se alijando de sua responsabilidade para com a Educação Básica.

---

<sup>10</sup> Programa Nacional do Livro Didático

<sup>11</sup> Sistema de Seleção Unificada

<sup>12</sup> Exame Nacional do Ensino Médio

<sup>13</sup> Programa Universidade Para Todos

<sup>14</sup> Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil

À vista disso, desde o século XX os debates sobre a necessidade da efetivação de mudanças na Educação Básica no Brasil estão em crescente efervescência teórica. Neste contexto, a Constituição de 1988 aprimora as percepções acerca da importância da aplicação de forma efetiva e consolidada das Políticas Educacionais. Ainda, se compreende a necessidade de financiamento nos custos da educação básica, que envolvem a formação continuada docente, os índices de fluxo escolar, as políticas de inclusão e demais aspectos.

A previsão constitucional de vinculação de um percentual do PIB para execução dos planos da educação – dispostos também no PNE - representa um grande avanço, mas, o desafio de vincular os recursos a um padrão nacional de qualidade ainda mostra-se notório. Na agenda do Sistema Nacional de Educação, o financiamento, acompanhado da definição de normas de cooperação, de padrões nacionais de qualidade e de uma descentralização qualificada, isto é, de repartição de competências acompanhadas das condições necessárias para sua efetivação, levará à ampliação da capacidade de atendimento, e todos os brasileiros deverão ter direito assegurado em qualquer ponto do território nacional. Ainda se apresentam outros urgentes desafios: o fortalecimento da gestão democrática e leis específicas que a normatizem em cada rede ou sistema de ensino. Esses são elementos imprescindíveis do Sistema Nacional de Educação a ser instituído, conforme prevêem, especialmente, as metas 19 e 20 do PNE<sup>15</sup>.

Em meios a tantos princípios que devem nortear o ensino, estabelecido no artigo 3º da LDBE/1996, está a diretriz de incluir novos sujeitos na educação – garantindo a sua permanência – na tentativa de oferecer uma educação pública e democrática. Ainda, no parágrafo 1º do Art. 3º destaca-se que o processo educacional deve ser ofertado a modo que todos possam ter acesso e condições de permanência na escola. Dessa forma, é conhecido que a escola pública tem um público vasto e dinâmico e que a educação deve ser direcionada de forma a estabelecer igualdade de acesso, moldando-se as variadas condições da realidade brasileira, sendo somente possível através das Políticas Educacionais.

Na esfera educacional, várias políticas públicas foram propostas visando alcançar os objetivos elencados na Constituição Federal. No entanto, mesmo sob influência de diversas Políticas Educacionais, o processo de alfabetização ainda é indeferido a quase um quinto da população mundial adulta segundo a UNESCO, tendo relação direta com os investimentos dedicados à educação básica. De acordo com taxas expressivas do IBGE (2016), o Brasil

---

<sup>15</sup>Conhecendo as 20 metas do PNE - [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)

carrega o índice de 11, milhões de analfabetos, número correspondente a 7,2% da população de 1 anos ou mais no país.

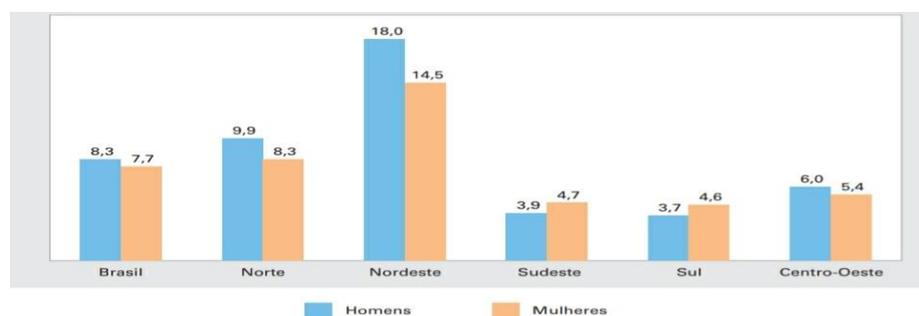
A taxa indica que o Brasil não conseguiu alcançar uma das metas intermediárias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) em relação à alfabetização da população com 15 anos ou mais. A meta 9 do PNE determinava a redução do analfabetismo a 6,5% até 2015, o que não aconteceu. (O GLOBO, 03/10/2018)<sup>16</sup>

Ainda, de acordo com dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, as taxas de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos tiveram aumento, mesmo que a curtos passos, ao longo do ano de 2007-2015:

**Gráfico 1: Taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos<sup>17</sup>**

	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Total</b>	97,0	97,5	97,6	98,2	98,3	98,4	98,5	98,6
<b>Homens</b>	96,8	97,3	97,4	98,1	98,2	98,2	98,4	98,4
<b>Mulheres</b>	97,2	97,7	97,8	98,3	98,3	98,7	98,6	98,8

**Gráfico 2: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo – 2015.**



Como exposto nos gráficos acima destacados, no Brasil, a taxa de analfabetismo para os homens foi de 8,3% e para as mulheres, 7,7%. Em termos regionais, as maiores diferenças ocorreram no Norte (9,9% para os homens e 8,3% para as mulheres) e no Nordeste (18,0% para os homens e 14,5% para as mulheres). Apenas nas Regiões Sudeste e Sul a taxa de analfabetismo das mulheres foi superior à dos homens (Gráfico 9). Essas duas regiões contavam com as maiores proporções de mulheres de 60 anos ou mais de idade em sua

<sup>16</sup> Acesso: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755>

<sup>17</sup> Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015.

população residente, o que pode explicar esse predomínio das mulheres na proporção de analfabetos.

Como evidenciado ao longo das discussões propostas e dos dados analisados, há muito a se realizar junto às Políticas Educacionais, para que estas passem de fato a possibilitar o desenvolvimento da educação básica em todos os seus aspectos e promover a inclusão e permanência de sujeitos - até então marginalizados do processo educacional - em seus espaços, sejam públicos ou privados. Deve partir do Estado a iniciativa de promover tais políticas, não se alijando de sua responsabilidade para com a Educação Básica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação das Políticas Educacionais é fundamental para a melhoria da Educação Básica e a diminuição das desigualdades sociais, uma vez que a devida inserção de indivíduos vulneráveis socioeconomicamente em um sistema de ensino de qualidade possibilita novas oportunidades de melhoria de condições de vida dos diferentes sujeitos. Como evidenciado, tais Políticas visam servir a uma intencionalidade, que por diversas vezes na História da educação brasileira, se preocupou em reforçar desigualdades. Isto é, os desvios dos recursos, aliada a má gerência dos mesmos resultam no descaso com a educação, alimentando a invisibilidade da massa vulnerável socialmente.

Como um processo de exclusão social, o que se percebe é a falta de cumprimento das leis e resoluções para o ensino público no Brasil, onde se torna perceptível a negação ou ineficácia das Políticas Educacionais. Por outro lado, denota-se que algumas políticas visam servir apenas à ampliação da educação não apenas no sentido de incluir novos agentes em sua esfera. O que se efetiva, nestes casos, é a ausência de ações para a sua devida permanência.

O Ensino universitário, por exemplo, através dos sistemas de cotas, de assistência estudantil e demais recursos viabilizaram essa permuta de cenário. Uma vez que, este apenas é previsto como conquista da capacidade de cada indivíduo, enquanto a educação básica constitui possui teor obrigatório. Logo, a inserção de sujeitos excluídos se transformou na emancipação e ascendência social de muitos, principalmente com as políticas sociais como suportes a sua trajetória desprovida de privilégios, do contrário, marcadas pela marginalização e difícil alcance.

No entanto, ainda há diversos aspectos a serem melhorados a fim de intensificar as conquistas alcançadas e viabilizar o que ainda não foi objetivado. Nesse sentido, cobra-se que as instâncias políticas atentem para a necessidade do aprimoramento da Educação Básica seja na modalidade pré-escolar, infantil, fundamental, médio e até mesmo o ingresso e permanência no ensino superior, promovendo a equidade entre todos os indivíduos. Culminando na transformação da realidade do país, na proposta de justiça e igualdade pregada em sua constituição e progresso em sua bandeira.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jucemara. ZWETSH, Patrícia dos Santos. SARTURI, Roseane Carneiro. **As influências das orientações de organismos internacionais nas políticas públicas educacionais para a Educação Básica no Brasil.** VI Seminário Internacional sobre profissionalização docente.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: O problema maior é de estudar.** Curitiba, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

BORDIM, Tania Maria. **Influências das Políticas Educacionais Internacionais no Currículo: Algumas Incursões.** SABERES, Natal- RN, v. 1, n. 11, p. 78-93, fev. 2015.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** Tradução: Salma Tannus Muchail. 8º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOMES, Alfredo Macedo (Org.). **Políticas Públicas e Gestão da Educação.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

LIMA, Francisca das Chagas Silva; LIMA, Lucinete Marques; CARDOZO, Maria José Pires Barros. **Políticas Educacionais e gestão escolar: os desafios da democratização.** São Luís: EDUFMA, 2012

MIRANDA DE ALCANTÂRA, Marcos Angelus; CARLOS, Erenildo João. **Análise arqueológica do discurso: uma alternativa de investigação na educação de jovens e adultos (EJA).** 11. ed. São Paulo: Centro Universitário Anchieta, 2013. 69-75 p. v. 6.

OLIVEIRA, Maria Neusa de (Org.). **As políticas Educacionais no contexto da globalização.** Bahia: EDITUS, 1999.

PASINATO, Darciel. **Educação no Período Populista Brasileiro (1945-1964).** Passo Fundo: Sn, 2013. p. 1-13.